



REQUERIMENTO PARA RESGATE DE CARTA DE AFORAMENTO

DADOS DO REQUERENTE

NOME:

CPF/CNPJ:

PROFISSÃO:

ESTADO CIVIL: solteiro casado união estável viúvo divorciado

NOME DO CÔNJUNGE (caso não seja solteiro ou divorciado):

CPF DO CÔNJUGE:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

Nº

BAIRRO:

COMPLEMENTO:

CEP:

MUNICÍPIO/UF:

TELEFONE FIXO:

TELEFONE CELULAR:

TELEFONE PARA CONTATO:

EMAIL:

Venho, através deste, requerer o RESGATE DA CARTA DE AFORAMENTO referente ao imóvel
abaixo especificado:

INSCRIÇÃO CADASTRAL DO IMÓVEL

SETOR: **QUADRA:** **LOTE:** **UNIDADE:**

ENDEREÇO:

Nº

BAIRRO:

COMPLEMENTO:

CEP:

MUNICÍPIO/UF:

NÚMERO DE MATRÍCULA:

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (se houver)



Declaro para os devidos fins, que as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e de minha inteira responsabilidade. Declaro ainda que deverei acompanhar a tramitação do processo em suas diversas fases até a sua finalização. Tenho conhecimento de que quando houver pendências de documentação, terei o prazo máximo de 30 dias, após ciência, para a devida regularização e que o não atendimento do prazo estabelecido acarretará no arquivamento do processo.

Nesses termos, e com os documentos solicitados anexos, solicito prosseguimento.

Três Lagoas, de .

Assinatura do Requerente

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Requerimento preenchido;

Cópia dos documentos de identificação do requerente e, se casado, do cônjuge;

Cópia da certidão de casamento ou equivalente, se convivente for; certidão de nascimento, caso solteiro; ou certidão de óbito acaso o foreiro seja falecido;

Em se tratando de pessoa jurídica, o interessado será representado por quem os seus estatutos ou atos constitutivos designarem, os quais deverão ser acostados no requerimento; e, se não houver designação, por seus diretores;

Procuração, se representado por advogado;

Cópia do Comprovante de Residência do requerente;

Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel atualizada;

Cópia do título de aforamento, ou certidão de inteiro teor, averbados ou não no Cartório de Registro de Imóveis local;

Transcrição ou certidão da matrícula do imóvel, atualizada;

Demais documentos necessários para análise do caso, especialmente, quando não se tratar do foreiro primitivo, sendo considerado documento todo e qualquer tipo de papel ou objeto, necessário ou útil à instrução do processo, que comprovem a posse sobre o bem.